

Percepções do processo de avaliação da aprendizagem, e seus efeitos para os alunos.

Insights into the evaluation process of learning and its effects on the lives of students.

Arlton Galvão Pimentel¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar algumas percepções do processo de avaliação da aprendizagem e os seus efeitos nas vidas dos alunos. Este trabalho utilizou pesquisas bibliográficas sobre a temática em estudo, pautado na corrente de avaliação classificatória. Por meio deste evidencia-se que a escola ao longo da história perdeu seu papel dando ênfase à classificação e não a formação do aluno. Por meio deste trabalho evidenciou-se que a avaliação da aprendizagem é um instrumento com múltiplas definições e que esta traz inúmeras implicações para os alunos.

Palavras – chaves: Avaliação classificatória. Escola. Percepções avaliativas.

Abstract: *This article aims to analyze some insights into the evaluation process of learning and its effects on the lives of students. This study used bibliographic research on the subject under study, based on classificatory evaluation chain. Through this it is evident that the school throughout history has lost its role emphasizing the classification and not the education of the student. Through this work it was shown that the evaluation of learning is a tool with multiple definitions and that brings many implications for the student.*

Key words: *Evaluation. School. Insight of evaluation.*

¹ Pós-graduado em Cultura Afro-brasileira, pela *Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias* – FAC, Alumno del Maestria em Ciência de la Educación Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y de la Comunicación Universidad Autónoma de Asunción – Paraguay. professor da rede municipal de Tucano- Bahia. E-mail: Arilton52@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade a avaliação da aprendizagem é um termo de controvérsia e ambiguidade, em alguns momentos a avaliação tem como referência o domínio de conteúdos em outros se tornam um instrumento de medida, em outros se apresenta como uma forma de punição, etc., levando assim a múltiplas e diferenciadas percepções sobre o tema, e como afirma Fagundes (2015), a avaliação é um problema constante no meio escolar, e tema de muitas controvérsias, muitos questionam sobre o seu papel na educação, causando assim muitas dúvidas e reflexões sobre seu legado nas vidas dos alunos, que por vezes podem ser influências positivas e outras vezes negativas.

É impossível visualizarmos o sistema educativo sem a presença da avaliação, ambas andam associadas, nas últimas décadas ficam visíveis os esforços do governo brasileiro para a melhoria da educação em nosso país, Piletti & Rossato (2010) falam sobre este processo iniciado em 1995, e que ao longo dos anos tem recebido diversas ações para a melhoria da educação, em meio a tudo isso o tema avaliação tem sido muito debatido e gerado controvérsias quanto a sua finalidade.

A escola e a avaliação da aprendizagem

O ato de avaliar esta presente em todas as áreas da vida humana, sempre estamos avaliando alguma coisa: preços, qualidades de produtos, proposta de emprego, etc., somos cercados de momentos em que necessitamos avaliar, partido deste pressuposto poderíamos dizer que avaliar é algo comum em nossas vidas, uma ação que fazemos constantemente, mas quando falamos da avaliação da aprendizagem, temos uma série de implicações e muitas destas podem deixar sequelas perduráveis, sem contar uma série de pressões psicossociais que são decorrentes deste processo.

A escola já exerceu diferentes papéis no decorrer histórico, sempre exercendo o papel principal de forma e suprir a demanda de determinado período, independentemente do período histórico a escola sempre teve papel preponderante nas mudanças sociais. Desde a antiguidade é caracterizada como centro de transmissão dos saberes, com o passar do tempo à escola tem sido alvo de inúmeras discussões acerca de sua função e existência. Como afirma GROCHOSKA (2013) na contemporaneidade a escola esta firmada como um espaço de construção e socialização do saber, de interação entre pessoas e cidadania, desenvolvendo no aluno o senso crítico preparando-o para conviver em sociedade.

Na percepção de Saviani (2013), a escola tem o papel de transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e que necessitam ser assimilados pelos alunos para se tornarem humanos, todavia a escola tem dado maior valor ao resultado do que a aprendizagem, desviando do seu compromisso de aprendizagem como diz Ball (2012).

Nas unidades escolares os alunos entram em contato com os conteúdos reúnem dimensões conceituais, científicas, históricas, econômicas, ideológicas, políticas, culturais, educacionais, que devem ser explicitadas e aprendidas no processo de ensino-aprendizagem. Percebemos quão importante é o sistema educativo no processo de transmissão dos legados acumulados pela humanidade, contribuindo assim para a formação dos cidadãos e futuros profissionais, como reza a LDB, sobre os fins da educação brasileira.

Historicamente foi enraizados no âmbito educacional, percepções distintas sobre avaliação, salientando que ao longo do tempo a escola tem perdido o foco de sua missão, prendendo-se ao ritual de classificar o aluno e esquecendo-se do papel de formar “um ser humano supostamente racional e autônomo e [molda] o cidadão e a cidadã da moderna democracia representativa” (SILVA, 2011, P. 112). Fagundes (2015), falando da avaliação afirma que estas foram tomadas como meios de numerar e medir dados quantitativos, depois passou a ser critério de algo ou alguém e por fim classificar em certo ou errado os alunos. Para Silva (2013), o intuito maior dentre tantos outros que possam ser atribuídos à avaliação, destaca-se o propósito de aferir méritos ao educando: por meio dos exames, as avaliações, as provas, os testes, etc.

Tradicionalmente a avaliação escolar é o ápice do processo educacional, por meio desta determina-se se o aluno sabe ou não, se foi aprovado ou reprovado. De acordo com Luckesi (2011) a finalidade da avaliação nos moldes classificatório, “[...] ela não ajuda a detectar as dificuldades e impasses da aprendizagem e, conseqüentemente, não subsidia a busca de sua superação” (LUCKESI, 2011, p. 416).

Os conhecimentos transmitidos no sistema escolar são aqueles tidos como essenciais para o exercício da cidadania, a avaliação tem sido o meio pelo qual os professores irão classificar a absorção destes conhecimentos, todavia não devemos apenas crer que uma boa nota seja essencial para a classificação do aluno, mas devemos ir além entender de que maneira este pode ser útil na

vida do educando indo além da mera nota, Libâneo (2011) afirma que a qualidade da avaliação deve esta centrada no que os alunos aprendem, como aprendem e o que fazem com o que aprendem.

Por séculos o único objetivo da avaliação foi classificar o aluno, como aquele que aprendeu ou como aquele que não aprendeu, o que obteve êxito ou o que fracassou, e como afirmou Luckesi (2011) ao analisar a avaliação classificatória percebemos que nessa modalidade de avaliação o aluno é único o responsável por seu desempenho na avaliação e que este não aprende por conta do descuido ou má vontade do educando. Por vezes as avaliações tendem a deixar seus reflexos psicossociais na vida do aluno, tais como: baixa autoestima, insegurança, bullying por parte dos professores, alunos e familiares, dentre outras sequelas.

A avaliação é uma construção social, que está arraigada no seio da sociedade, estando vinculada às condições históricas, afetivas, econômicas, culturais, sociais e ideológicas dos que a evocam ou a aplicam, pois se liga intimamente aos valores sociais, estabelecidos e vivenciados pelos que a praticam. As diferentes significações dadas à avaliação da aprendizagem mostram como é delicado tal tema, mas sabemos que a mesma é de grande relevância para o processo.

De acordo com as afirmações de Luckesi (2011), o que tem ficado em evidência na contemporaneidade é que o mau ou o baixo resultado diante de uma avaliação classificatória, que em sua totalidade não leva em conta o peso psicológico que a mesma exerce sobre o educando, não levando em conta o mau momento psicossocial vivenciado pelo aluno ou mesmo o processo de esquecimento nato dos seres humanos que interferem nos resultados das avaliações, mesmo assim o aluno é classificado de maneira fria, entre aquele que sabe ou não sabe, entre o aprovado ou reprovado, isto tem deixado seu reflexo sobre todo o processo educativo, tudo isto por meio de notas que atribui-lhe um valor.

Partindo da afirmativa expressa na Lei nº 9.394, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo segundo, onde afirma que a finalidade da educação nacional é o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, de maneira que esta formação tem se dado por meio dos conteúdos estabelecidos nos currículos e sondadas a aprendizagem por meio das avaliações, fica subentendido que compete à escola formar o cidadão e futuro profissional, se esta não tem êxito provavelmente à sociedade sofrerá as consequências de um sistema educativo ruim.

Os resultados das avaliações devem ser mecanismos de reflexões sobre as práticas pedagógicas que interferiram nos índices de desempenhos, para Pimenta (2012) quando as avaliações são reflexivas estas servem como instrumento de aprimoramento do trabalho escolar.

A avaliação deve ser um instrumento que facilite ao professor a percepção das dificuldades dos alunos no processo de aprendizagem, e a partir daí serem feitas as devidas intervenções deixando de ser o fim do processo de ensino, como tradicionalmente é aceito por muitos: “A avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo, para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando” (HOFFMAN, 2010, p.19)

A avaliação não poder ser o fim do processo educativo, mas esta deve ser o meio de reflexão de todo o processo, entendendo que o fim maior da educação não é classificação do aluno, em o que sabe ou o que não sabe, em reprovado ou aprovado, o objetivo da educação é preparar o aluno para o exercício da cidadania, a vida em sociedade, devemos assim conhecer algumas percepções sobre avaliação historicamente enraizadas no âmbito educacional.

Consequências da avaliação formativa

Ao analisarmos os significados da palavra avaliação no Dicionário Aurélio, temos as seguintes definições: 1. Determinar o valor de; 2. Compreender, apreciação e; 3. Apreciar; 4 Reputar-se; 5. Conhecer o seu valor, percebemos na primeira definição o peso da palavra, determinar o valor, conotando que o aluno terá o seu conhecimento apreciado por alguém que conhece extremamente o que o aluno já sabe de uma maneira maior e profunda.

Na modalidade da avaliação classificatória os alunos que não alçam êxito acabam sendo deixados de lado, pois as formas de recuperá-los têm mostrado que são irrelevantes, tais como as recuperações paralelas e recuperações finais, tendo obtido poucos resultados no teor de classificação, quanto menos no teor de aprendizagem. A avaliação, sob a égide classificatória, tem como natural que “[...] quem obtém a classificação mínima esperada é incluído, quem não a obtém é excluído. A seletividade suprime a necessidade e a possibilidade de futuros investimentos nos excluídos”, (Luckesi. 2011 p. 198-199). O mesmo autor cita que por vezes os professores usam a avaliação como instrumento de ameaça e de manipulação dos educandos e estas ações por vezes vão parar nos tribunais. Fica evidente que esse processo contribui para a exclusão dos alunos que

não aprenderam e que pode ser usado como forma de opressiva por parte do professor para punir os alunos em meio às relações interpessoais professor- aluno.

O sistema avaliativo brasileiro age de forma excludente, negando a um grande contingente de indivíduos o direito a educação, salientando que a reprovação resultante do sistema de avaliação é um dos fatores principais para esta situação.

Um outro agravante no sistema educativo é que mesmo muitos dos alunos que conseguem alcançar as classificações necessárias para mudanças de séries, estes segundo Araujo (2011), concluem seus estudos sem a apropriação de conhecimentos mínimos necessário para o exercício da cidadania, e isto por sua vez nos levar a entender que a escola não tem conseguido alcançar de maneira satisfatória o seu objetivo maior, formar o cidadão.

O ato de avaliar de maneira classificatória de acordo Bzuneck (2010) tornam os alunos extremamente competitivos, perdendo o senso de respeito, igualdade e fraternidade, ferindo os princípios que devem nortear os indivíduos, o único intuito destes alunos é serem os primeiros, é serem bem sucedidos é mostrarem que são superiores aos colegas, quem tirou a nota máxima. A escola acaba perdendo seu papel de tornar as pessoas fraternas e torna-se um palco de disputa e enraíza nos alunos essa concepção de ser o melhor superar sempre os demais, perdurando essas ações na vida social hodierna, onde cada um luta por si próprio, por seus meros interesses e bem estar, mesmo que para isto tenha que causar males aos demais. Sendo assim temos percebido que o sistema educativo tem deixado a desejar quanto a suas finalidades, apregoadas em lei. “[...] todo aluno percebe [com a competição] que o grande objetivo a ser buscado nas e pelas aprendizagens é conquistar o primeiro lugar, ser o melhor, aparecer ou brilhar em comparação com os demais, notadamente em termos de notas” (BZUNECK, 2010, p. 251).

Os alunos que não conseguem obter êxito nas avaliações são tidos como indivíduos que não sabem, são tidos como fracassados ou perdedores, gerando assim um clima de concorrência, entre os alunos, segundo Freitas (2012) não deve existir concorrência, mas sim colaboração entre os alunos. Segundo Shiroma (2011), os alunos que não tiverem uma educação de qualidade não terão condições de participar da vida social de forma adequada, o que implicará na exclusão dos indivíduos.

A avaliação classificatória foi e continua sendo usada em pleno século XXI, em meio a tantas evoluções tecnológicas e didáticas, como um instrumento de classificação dos alunos, classificando-os entre os que sabem e os que não sabem, fazendo necessária uma reflexão sobre este conceito arraigado historicamente no seio da educação, Almeida (2012) exorta a busca de atualizações constante no meio educacional.

Luckesi (2011) afirma que o sistema avaliativo classificatório tem deixado insuficiências para o exercício da vida social, devendo, pois, os educandos receberem a formação mínima necessária para tal fim, mesmo que alguns alcancem o mínimo necessário por meio de suas aptidões e esforços, uma quantidade significativa destes ficam com defasagem no que tange a aprendizagem mínima requerida para uma vida social.

Quando o aluno não aprende lhe é negado o direito de acesso aos conhecimentos acumulados e que fora da escola dificilmente terão acesso a estes de forma intencional e sistemática, o ato de não aprender conseqüentemente levará ao fracasso escolar que culmina na exclusão deste de um sistema que deve leva-los a aprendizagem e não a reprovação. O legado de conhecimentos acumulados e transmitidos pela escola é o caminho pelo qual o animal homem torna-se o ser humano, socializado capaz de viver em sociedade que possui múltiplas problemáticas.

É importante salientar que por meio das avaliações devem ser detectadas as dificuldades dos alunos e que sejam feitas as intervenções necessárias para o desenvolvimento do mesmo, para que este possa alcançar os objetivos do sistema educacional, e como afirma Souza & Bouruchovitch (2010) para que sejam superadas as dificuldades da aprendizagem.

Considerações finais

Ao analisarmos este tema temos por certo que a avaliação da aprendizagem é um tema de grande divergência quanto a sua finalidade e como esta deve ser vista e encarada pela comunidade escolar.

Nas afirmações de Luckesi (2011) o aluno deve ser convidado a vir para dentro do grupo daqueles que sabem ou saberão, por meio destes entendermos que as avaliações não podem ser um mero instrumento que frustra os alunos, porém os alunos devem aprender o que for necessário para

a vida, podemos afirmar que a exclusão traz sobre o aluno males que o acompanharão por toda a vida.

É inegável que educação e avaliação devem caminhar juntas como afirma Fagundes (2015), a educação tem seus índices de qualidades aferidos pela segunda, demonstrando se os objetivos educacionais foram alcançados. Somente através do acompanhamento contínuo é que será demonstrado se o aprendizado do aluno tem logrado êxito, por meio delas os professores saberão se estão aplicando metodologias que contribuam para este fim, por meio destas serão diagnosticados os problemas a serem resolvidos no processo de ensino aprendizagem sendo traçadas ações para resolver as problemáticas. “A política educacional passa a assumir o aspecto gerencial e volta-se para a redução das desigualdades regionais e locais e para a equalização dos resultados. Todo o sistema educacional é redesenhado visando uma maior eficiência” (RISCAL, 2011, P. 249-250).

O sistema educativo deve superar os estigmas enraizados sobre a avaliação, e tornar esta um meio de reflexão do processo de ensino aprendizagem, de forma que os obstáculos da aprendizagem possam ser superados trazendo bons resultados para o sistema.

A escola não pode deixar de lado a sua função de formar o cidadão, o sistema educativo não deve preocupar-se em classificar o aluno em aprovado ou reprovado, ele deve ir além, e fazer o que realmente lhe é devido e que está constituído em lei, devendo preocupar-se como os alunos aprendem e o que aprendem, para que estes possam ser cidadãos ativos, a escola não pode desconsiderar a pressão psicológica que a avaliação da aprendizagem exerce sobre o aluno e que pode interferir significativamente nos resultados da mesma, a escola não pode colocar a culpa do baixo resultado unicamente no aluno, pois vários fatores podem interferir na aprendizagem ou na aferição desta.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. (2012). *Formação o professor do Ensino Superior: desafio e políticas institucionais*. São Paulo: Cortez.
- AURÉLIO. *Dicionário Online da língua portuguesa*. Disponível em <https://dicionariourelio.com/avaliar>. Acessado em 12 de fevereiro de 2016 às 9:00 h.
- BALL, S. J. (jan./jun 2012). *Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade*. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 7, n 1, p. 33- 52.
- BRASIL, Ministério de Educação e Cultura. (1996). *Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira – LDB*, Brasília.
- BZUNECK, J. A. & GUIMARÃES, S. E. (2010). *Aprendizagem escolar em contextos competitivos*. In: BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyseo(Orgs.). *Aprendizagem: processos psicológicos e o contexto social na escola*. 2ed., Petrópolis: Vozes, p. 251-272.
- FAGUNDES, C.de O (Org) .(2015). *Avaliação das Aprendizagens, sua relação com o papel social do aluno*. São Paulo Cortez Editora.
- FREITAS, L. (out .2012). *Agenda dos reformadores empresariais pode destruir a educação pública no Brasil*. Revista Adusp. São Paulo.
- GROCHOCA, M. A.(2013). *As contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- HOFFMANN. J. (2010). *Avaliação mitos e desafios: uma perspectiva construtivista*. 40ª. Ed. Porto alegre: Mediação.
- LIBÂNEO, J. C. (2011). *O Declínio da Escola Pública Brasileira: apontamentos para um estudo crítico*. In: LONBARDI, José Claudinei (org). *Historia, Educação e Transformação*. Campinas, SP: Autores Associados: HISTERDBR.
- LUCKESI, C. C. (2011). *Avaliação da Aprendizagem Escolar Estudos e Proposições*. São Paulo: Cortez.

- OLIVEIRA, A. da R. & PEREIRA, D. de A. (2010). *Marx, Freire e a escola pública. In: Caleidoscópio: temas de educação e filosofia*. Avelino da Rosa Oliveira, Gomercindo Ghiggi, Neiva Afonso Oliveira (org). Pelotas: UFPel.
- Oliveira, C.A.V. (2013). *O que os estudantes universitários pensam sobre seus professores?: um estudo sobre os professores dos cursos de licenciaturas do campo de Jataí da Universidade Federal de Goiás*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, University of São Paulo.
- PILETTI, N. & ROSSATO, G. (2010). *Educação Básica: da organização Legal ao cotidiano escolar*. São Paulo: Ática.
- PIMENTA, C. O (2012). *Avaliações externas e o trabalho de coordenadores pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista*. 141 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.
- RISCAL, S. A. (dez 2011). *Política educacional, justiça distributiva e equidade: considerações sobre as políticas compensatórias para a educação*. HISTEDBR On-line, Campinas, n.44, p. 248-261, ISSN: 1676-2584. Acesso mar. 2012.
- SAVIANI, D. (2013). *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados.
- SHIROMA, E. O. G, Rosalba M. C. & CAMPOS, R. F. (2011). *Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação*. In: STEPHEN J Ball, MAINARDES, Jerfferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez.
- SILVA, T. T. da O. (2011). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- SILVA, A. (2013). *Mertiocra, educação e matemática: um estudo racional*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP.
- SOUZA, N. A. de, & BORUCHOVITCH, E. (set./dez. 2010). *Mapas conceituais e avaliação formativa: tecendo aproximações*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n. 3, p. 795-810.